

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.861 - SP (2018/0329029-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO** : **DOUGLAS TEODORO DAVATZ**  
**ADVOGADOS** : **SANDRA MARIA SHIGUEHARA TIBANO - DEFENSORA PÚBLICA**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DESPACHO**

Trata-se de agravo regimental interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em detrimento da decisão que deu provimento ao recurso especial para declarar a extinção da punibilidade do agente independentemente do adimplemento da sanção pecuniária, nos termos do Tema n. 931/STJ, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos.

Ao analisar as razões do agravo, verifico que situação acima descrita merece ser analisada ante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI n. 3.150/DF, de 13/12/2018, onde restou firmada nova interpretação do art. 51 do Código Penal, no sentido de que a expressão "aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição", não exclui a legitimação prioritária do Ministério Público para a cobrança da multa na Vara de Execução Penal.

Por esse motivo, argumenta o agravante não haver razão para ser determinada a extinção da punibilidade do agente, posto que o Ministério Público teria legitimidade para promover a execução da pena de multa inadimplida.

Assim, tratando a referida matéria de tema com potencial de reflexos em matéria julgada sob o rito dos recursos repetitivos, **determino, com base no art. 46-A, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a distribuição do feito ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
Presidente